

# Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família

Carolina de Campos Borges  
Andrea Seixas Magalhães

*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

---

## RESUMO

Neste trabalho, analisa-se a permanência de adultos-jovens na residência dos seus pais, na contemporaneidade, problematizando os tradicionais parâmetros definidores da entrada na vida adulta, de acordo com a concepção de ciclo de vida familiar. A entrada na vida adulta envolve negociações entre dependência e autonomia, dentro de um contexto sociocultural mais amplo. Discute-se o prolongamento da convivência intergeracional a partir da influência do individualismo na constituição da vida social contemporânea. Considera-se este fenômeno paradigmático, na medida em que esconde e revela os seguintes paradoxos contemporâneos: a conciliação de práticas individualizantes e hierarquizantes na família; e a formação de elos sociais numa sociedade marcada pela cultura individualista.

**Palavras-chave:** adultos-jovens; ciclo de vida familiar; relações intergeracionais.

## ABSTRACT

*Transition to the adult life: autonomy and dependence*

The aim of this study is to analyse the prolonged staying of young-adults in their parent's home, assessing the standard parameters which define the passage to adult life concerning to the family life cycle. The passage to adulthood involves transactions between autonomy and dependence, within a wider social-cultural context. The extension of intergenerational co-living under the influence of the individualism in constitution of contemporary social life is discussed. This phenomenon is considered paradigmatic, once it hides and reveals the following current paradoxes: the conciliation of individual and hierarchical practices in the family; and the social bonds in a individual-culture society.

**Keywords:** young-adults; family life cycle; intergenerational relations.

## RESUMEN

*Transición para la vida adulta: autonomía y dependencia*

Este trabajo analiza la actual permanencia de los jóvenes adultos en la residencia de sus padres, problematizando los parámetros tradicionales que definen la entrada en la vida adulta, de acuerdo con la concepción del ciclo de la vida familiar. El ingreso a la vida adulta comprende negociaciones entre dependencia y autonomía, dentro de un contexto socio-cultural más amplio. Además, este trabajo aborda la prolongación de la convivencia intergeneracional a partir de la influencia del individualismo en la constitución de la vida social actual. Este fenómeno se considera paradigmático, en la medida en que esconde y revela las siguientes paradojas contemporáneas: la conciliación de las prácticas individualistas y jerárquicas en la familia; y la formación de eslabones sociales en una sociedad marcada por la cultura individualista.

**Palabras clave:** jóvenes adultos; ciclo de vida familiar, relaciones intergeneracionales.

---

## INTRODUÇÃO

Nas famílias contemporâneas, quando comparadas às famílias do início do séc XX, evidenciam-se formas mais flexíveis de relações, com maiores possibilidades de reivindicações pessoais, de diálogo e de negociação entre os indivíduos. Nesse contexto, tem sido observado o prolongamento da convivência intergeracional na

família, os jovens estão permanecendo por mais tempo morando na casa de seus pais e demorando mais tempo para viver independentemente deles. O que estaria ocorrendo?

Se, conforme Guerreiro (2003) assinala, a condição referente à atividade econômica configura-se como um fator determinante para a possibilidade de individualização residencial, essa permanência

prolongada dos jovens na casa de seus pais corresponde simplesmente à busca de um refúgio no ambiente seguro e estável do “lar” (a casa dos pais) num momento de turbulências no mundo do trabalho? Como entender esse acontecimento num contexto em que é marcante a valorização das identidades pessoais e da autonomia dos indivíduos, bem como a liberação das obrigações e solidariedades para com a família?

É possível que a demora dos filhos adultos-jovens em sair da casa dos seus pais para viverem sós esteja relacionada também a outras problemáticas, dentre elas, à forma como vem se dando a passagem dos jovens à condição adulta, considerando mudanças macro e microsociais da contemporaneidade (Pappámikail, 2004).

Neste trabalho, buscamos melhor entender o fenômeno da convivência intergeracional prolongada, considerando a ênfase que o mundo contemporâneo dá ao valor do individualismo e à autonomia. Para tanto, iniciamos discutindo os parâmetros que sinalizam a transição para a vida adulta na contemporaneidade. Em seguida, refletimos sobre como são vividas as relações familiares hoje, a partir da centralidade do valor do individualismo na nossa sociedade, e argumentamos que a permanência de adultos-jovens nas residências dos seus pais só pode ser compreendida a partir desta configuração de valores.

## O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA E O CICLO DE VIDA FAMILIAR

Como vem se dando a entrada na vida adulta hoje? Quais são os parâmetros definidores do ser adulto hoje? É uma tradição nos estudos da família considerar a existência de um ciclo de vida familiar. A idéia é que os relacionamentos familiares vão se modificando conforme cada pessoa vai se movendo ao longo do ciclo de vida. Desta forma, a família vai se movimentando através do tempo: a) os adultos-jovens saem da casa de sua família de origem, ainda sem estabelecer uma família de procriação e, nesse momento, começa a estabelecer uma identidade própria (no trabalho e nos relacionamentos); b) esse jovem se casa com outra pessoa, formando o novo casal; c) desse casamento vêm os filhos e, assim, o casal torna-se “pais”; d) o filho cresce e entra na adolescência, levando a família a se transformar e os indivíduos a renegociarem seus papéis; e) após essa fase do ciclo de vida, os filhos vão se tornando adultos e a família passa para outro momento em que os filhos são “lançados” para o mundo para seguirem seus caminhos. O uso do termo “lançamento” se justifica pelo fato de sua saída ser o resultado de um longo processo de “deixar partir” gradualmente, desde a infância, passando para a adolescência e chegando ao

momento em que o jovem já está se tornando adulto – quando vai para a universidade ou começa a trabalhar. Segundo esse ponto de vista, a autonomia é um indicador de saúde do indivíduo e da família como um todo, ou seja, de que as relações foram bem vividas nas fases anteriores do ciclo de vida familiar e, inclusive, de que os pais suportarão viver bem como um casal quando seus filhos se forem; f) por fim, com a chegada da velhice, a família vive a transição para o estágio tardio da vida (Carter e McGoldrick, 1995).

Como Carter e McGoldrick (1995) ressaltam, essas fases do ciclo de vida familiar se modificam conforme se tratem de diferentes contextos histórico-sociais. Contudo, persiste a idéia de que o decorrer da vida envolve necessariamente a passagem de uma fase do ciclo para outra. Essa passagem é normalmente vivida como uma “crise” e só poderá ser superada com a adequação do sistema familiar às necessidades impostas pela nova realidade que se apresenta através do passar dos anos.

Observa-se que, nessa descrição do ciclo de vida familiar, a transição para a fase adulta é sinalizada pelo afastamento dos jovens em relação à família de origem. Nessa concepção, ser adulto se definiria através de acontecimentos como a saída da casa da família de origem, o investimento em um trabalho ou uma formação profissional, com a entrada no mercado de trabalho, a independência financeira, a autonomia e, posteriormente, a possibilidade de formar seu próprio núcleo familiar.

No entanto, hoje nos deparamos com o fato de que a própria noção de curso de vida em geral tem sofrido mudanças desde o século XX. Na modernidade, acreditava-se que havia uma ordem e um tempo de ocorrência de eventos vitais, baseado na idade cronológica, que definiriam as etapas do curso de vida. Mas, segundo Goldani (2004), essa forma de institucionalização do curso de vida é decorrente do processo de individualização da modernidade e se opõe a outra, advinda da contemporaneidade, onde a família é vista como um processo de articulação das trajetórias de vida de seus membros, construída no contexto das relações de classe, étnicas e de gênero. Nessa concepção, a família deixa de ser entendida como algo homogêneo, dentro do qual os papéis familiares eram complementares, e passa a ser o resultado de acordos elaborados por meio da interação familiar. As normas de conduta na família não estariam dadas, mas seriam o resultado das fases do desenvolvimento familiar configuradas pela articulação das trajetórias individuais (Goldani, 2004).

Isso nos remete à necessidade de um olhar crítico sobre o ciclo de vida da família e a passagem para a fase adulta, uma vez que os critérios de entrada no mundo

adulto hoje estão mudando e a própria noção de ciclo de vida familiar parece, muitas vezes, não dar conta mais da realidade contemporânea em que as relações familiares são estabelecidas.

Seguindo uma tendência mundial, dado o maior acesso à informação e a um conjunto de recursos em escala global, os jovens de hoje, segundo Guerreiro e Abrantes (2005), alcançam a condição adulta a partir de condições tais como: percursos escolares mais prolongados e inserções profissionais mais tardias e instáveis num mercado de trabalho bastante exigente e competitivo. Muitas vezes, constituem-se modos de entrada no mercado de trabalho que se caracterizam como “trajetórias yoyo”, que, segundo os autores citados, seriam modalidades de trajetórias da escola para o trabalho, marcadas pela instabilidade dos vínculos. Alternam-se períodos de desemprego, de emprego precário e de investimento na formação profissional.

É claro que o modo pelo qual ocorre o processo de passagem para a vida adulta dependerá do meio social, econômico e cultural a que o jovem pertence (Guerreiro e Abrantes, 2005), pois dentro desses limites estão inscritos a origem social, os percursos de escolaridade, as oportunidades e as condições de emprego, os modelos culturais, os papéis de gênero e as redes de apoio formais e informais. Mas é fato que, atualmente, o período de transição para a vida adulta tende a se constituir, por si próprio, numa fase de vida marcada por condições, oportunidades e dificuldades próprias. Nesse contexto, a transição para a vida adulta se dá, conforme apontam Guerreiro e Abrantes (2005), em dois tempos: um primeiro, onde se isenta de grandes preocupações e se dedica a experiências e aventuras; e um segundo, onde já se tem estabilidade e responsabilidade, no qual se pensa em casar e ter filhos.

É, portanto, uma tendência na contemporaneidade a complexificação e a diversificação do período de transição para a vida adulta, ao mesmo tempo em que se verificam mudanças profundas e aceleradas na esfera familiar, onde há uma enorme variedade de modelos e estruturas.

Nesse contexto, diante da experiência do risco e da imprevisibilidade no mundo do trabalho, muitos jovens tendem a adiar a saída da casa de seus familiares, num processo de transição para a vida adulta que não mais se dá como uma passagem imediata. Surge o modelo das “trajetórias yoyo” para ilustrar essa forma de transição intermitente, descontínua, com idas e vindas.

Conforme Henriques, Féres-Carneiro e Magalhães (2006), o prolongamento da convivência intergeracional na família, ou seja, a permanência mais longa do jovem na casa dos pais, é um fenômeno psicossocial

observado, sobretudo, nos estratos médios e altos da sociedade brasileira, justamente nesses segmentos sociais em que são mais evidentes estilos de vida e visões de mundo constituídos a partir de valores individualistas e igualitários. As autoras defendem que esse fenômeno remete tanto a fatores provenientes do mundo público contemporâneo – a instabilidade das relações de trabalho e inseguranças que propicia – quanto a fatores relativos ao mundo privado da família – a mutualidade das relações. A família estaria se constituindo, segundo as autoras, num refúgio diante das instabilidades e incertezas do mundo do trabalho, tomando como referência a oposição do mundo privado em relação ao mundo público. Esta oposição do mundo da família em relação ao mundo do trabalho se deve menos ao fato de a família ser um lugar isolado de tudo aquilo que aflige os indivíduos no espaço público, e mais à complementaridade que regula esses dois mundos.

Observa-se, portanto, que os processos que permeiam a transição da juventude para a vida adulta hoje são bastante complexos e não são fundamentados mais em critérios como idade ou afastamento da família de origem rumo à independência. Hoje, pais e filhos desfrutam de um espaço de maior diálogo e liberdade nas relações familiares. Certamente, a possibilidade de conciliar dependência e autonomia dentro da família traz outras possibilidades para se viver e se pensar essa passagem. Por isso, considera-se que o prolongamento da vida familiar esteja relacionado, não com algum “atraso” desses jovens em entrar para a vida adulta, mas com as novas formas de constituição da vida adulta de hoje.

Acredita-se que, para compreendermos o significado da permanência de adultos-jovens nas casas de suas famílias de origem, é fundamental considerar aspectos culturais mais amplos da contemporaneidade: a centralidade do valor do indivíduo e as práticas instituídas dirigidas à autonomização dos sujeitos tanto na esfera pública como na esfera privada. É a partir desse enfoque que analisamos o fenômeno da saída tardia dos adultos-jovens da casa de seus pais.

## O CONCEITO DE INDIVIDUALISMO E AS MUDANÇAS NA FAMÍLIA

O sentido que a experiência do prolongamento da convivência intergeracional na família tem no contexto atual remete-nos, primeiramente, ao processo de configuração individualista da sociedade contemporânea.

A constituição do indivíduo livre como um ser “individualizado” tem repercussões para a vida social, implicando, necessariamente, na emancipação dos

laços herdados. A noção mais precisa da categoria “indivíduo” pode ser compreendida pela oposição formulada por Dumont (1993) entre as sociedades “holistas” e as “individualistas”.

No holismo, padrão ideológico predominante nas sociedades tradicionais, as visões de mundo são fundamentadas no princípio onipresente da hierarquia, de forma que a identidade e a inteligibilidade de cada membro estão atreladas ao seu papel na totalidade das relações sociais. As pessoas, segundo essa configuração social, são concebidas como socialmente determinadas, já que estão destinadas aos fins socialmente prescritos.

Já na configuração ideológica moderna, essa totalidade hierarquicamente ordenada é segmentada, prevalecendo um universo ideológico em que o indivíduo constitui-se como valor moral central e como sujeito normativo das instituições jurídicas, políticas, sociais e filosóficas. A igualdade e a liberdade surgem associadas a esta noção do indivíduo, segundo a qual a sociedade é representada como um fardo a cada um, restringendo o pleno exercício da liberdade individual. Funda-se a noção de um indivíduo em oposição à sociedade (Dumont, 1993).

O valor da igualdade é, assim, o princípio que impulsiona a fragmentação e a individualização crescentes. Está referida como uma disposição simbólica que recusa englobamentos e hierarquias. Implica, justamente, em conferir igual valor às identidades sociais, produzindo o sentido da indiferenciação que desautoriza quaisquer encapsulações ou ordenamentos hierárquicos. Portanto, a configuração individualista é entendida como a entronização do indivíduo como valor moral central, tendo como consequência a fragmentação ou individualização de domínios e a recusa de englobamentos e hierarquias (Salem, 2007).

A influência do individualismo na constituição da vida social contemporânea deve considerar também que o comprometimento com a ideologia individualista dá ênfase ao sujeito psicológico. Conforme Simmel (1971), a partir dos valores da universalidade, da liberdade e da igualdade, a noção de individualismo desloca-se para outra configuração que acentua a particularidade, a desigualdade e a diferenciação interna entre os indivíduos. É o que o autor denomina “individualismo quantitativo” e “individualismo qualitativo”. Enquanto a idéia de “individualismo quantitativo” comporta o princípio de igualdade entre todos os indivíduos, em oposição aos englobamentos hierarquizantes da configuração social holista, a idéia de “individualismo qualitativo” compreende a noção de singularidade dos indivíduos. Daí advém a representação do indivíduo como sujeito psicológico, onde a individualidade ganha expressividade. Este se

apresenta como um princípio estruturante da visão de mundo do indivíduo contemporâneo: afirmando-se como um valor, o indivíduo é concebido como sujeito de direitos iguais, mas de experiências singulares.

A ênfase atribuída ao individualismo como valor central na vida social contemporânea influencia também as relações que se estabelecem no casamento (Magalhães, 1993) e na família contemporânea (Féres-Carneiro; Ponciano e Magalhães, 2007). Os dilemas que surgem dentro da família, inclusive a experiência do prolongamento da convivência familiar, podem ser pensados a partir dessa visão. Para analisar como isso se dá, destacamos três pontos importantes.

O primeiro ponto a ser analisado refere-se à seguinte afirmação: a mesma tensão que atinge os indivíduos, a de pertencer a um coletivo e não se deixar englobar por ele, pode ser vista também no âmbito da família. O modelo de família nuclear, tão permeável aos princípios da igualdade, da liberdade e da valorização da experiência subjetiva do indivíduo, expressa com clareza o comprometimento do meio familiar com o valor do indivíduo, tendo como consequências o seu afastamento das obrigações para com a família extensa e a ênfase na afetividade regendo as relações que se estabelecem dentro dela.

No modelo de família tradicional, o casal era valorizado apenas como uma parte do sistema familiar, de modo que os laços com os filhos e outros parentes eram igualmente ou até mais importantes para a vida familiar. Diferentemente, hoje o casal é o cerne da família, tendo o amor, somado à atração sexual, como a base da formação dos laços de casamento. Há a separação entre sexualidade e reprodução. Cada um dos membros da família é reconhecido como indivíduo e as decisões a serem tomadas pelas famílias são guiadas por necessidades psicológicas e individuais (Giddens, 2003; Singly, 2007).

A concepção de “relação pura” proposta por Giddens (1993; 2002) ilustra bem a constituição do modelo de relações que conjuga autonomia e afetividade. Segundo ele, essas relações são “reflexivamente organizadas”. Não se pode garantir por quanto tempo se sustentarão, uma vez que elas só dependem de si mesmas, tanto para começar a existir, quanto para permanecer existindo. Atreladas ao projeto reflexivo do eu, as relações puras se caracterizam qualitativamente em função das satisfações subjetivas que produzem em cada um dos indivíduos envolvidos.

Atentar para a importância das questões relacionadas ao indivíduo nas formas de constituição das relações familiares é fundamental para se entender o que significa o prolongamento da vida familiar que discutimos aqui, pois ele é experimentado pelos membros da família a partir de uma lógica predominantemente individualista.



Assim, o fato de estarem compartilhando o mesmo espaço e vivendo juntos não torna os membros da família menos comprometidos com as questões do indivíduo. Pelo contrário, corrobora a lógica individualista.

No estudo realizado por Ramos (2006), a autora ressalta que a relação de coabitação de “jovens adultos” e seus pais é fortemente marcada pela busca de autonomia, e que ela se constrói através da prática de negociações constantes sobre suas condutas no espaço doméstico, de modo que vão criando “consensos” que permitem a construção de uma relação de igualdade entre os jovens adultos e seus pais.

Portanto, o que se observa é que a relação que se constrói com a permanência desses filhos na casa de seus pais e com o prolongamento da convivência familiar não se caracteriza pelo englobamento do indivíduo pelas regras familiares e, sim, é guiada por princípios de igualdade e de valorização da individualidade de cada membro da família.

O segundo ponto analisado refere-se ao fato de que a incorporação do individualismo às relações familiares é um tanto problemática, conflituosa, na medida em que ela não prevê a substituição completa dos ideais hierárquicos pelos ideais individualistas. O que se verifica é a coexistência tensa desses valores, legitimando tanto a formação de modelos de relações familiares igualitárias como de modelos hierarquizados. Ou seja, há duas lógicas simultâneas do ponto de vista do sujeito: a primeira envolve algum tipo de reprodução de valores e comportamentos fundada em determinada tradição; a segunda implica na produção de novos valores e comportamentos, ou seja, no rompimento com a tradição (Vaitsman, 1997).

Uma vez que a família se compromete com ideais individualistas, funda-se um paradoxo dentro dela, um campo de tensão, que é o de ter que conciliar práticas individualizantes e hierarquizantes. Sobre essa referida tensão, são proveitosas as contribuições de Duarte (1995). Segundo esse autor, em função da assimilação do Valor-Indivíduo, a família ganhou a função social de ser “matriz para o indivíduo adulto”. Contudo, no seu comprometimento com a educação de seus membros, ou seja, com a reprodução legítima dos sujeitos sociais, a família se constrange entre dois extremos: ou ser insuficientemente individualizante, restringindo a “liberdade” de seus membros em desenvolvimento, ou ser insuficientemente hierarquizante, não lhes inculcando “responsabilidade” e “ética”.

Segundo Duarte (1995), a crise contemporânea da família parece mais radical quando a aceleração da individualização nas sociedades metropolitanas ameaça o equilíbrio em que até hoje a instituição familiar sobrevivera, combinando a forma hierárquica e o espírito individualizante.

Para este mesmo autor, a decadência da família ocidental moderna faz surgir incertezas que são desafiadoras porque não se referem somente à dissolução ou à transformação de uma instituição, mas à reformulação da combinação que até então existia entre o individualismo e a hierarquia de uma forma mais ampla.

A função de viabilizar a ontogênese dos sujeitos individualizados, designada à família contemporânea, acabou por realçar a complexidade desta tarefa e explicitar a limitação da família de dar conta disso. Pois, segundo Duarte (1995), a família antiga “representava, sobretudo, um limite ou garantia – por precária que fosse – ao ‘artificialismo’ da ideologia individualista e à sua incapacidade de reconhecer a inarredável necessidade sociológica da hierarquia e da relação” (p. 40).

Assim, o adiamento da saída de casa pelos jovens sinaliza a constituição de um tipo “novo” de relações familiares, que em nada se assemelha àquele das famílias tradicionais, em que havia um acordo socialmente estabelecido sobre as solidariedades intergeracionais. Na atualidade, há, antes, um exercício constante de negociação pelos indivíduos a respeito de seus papéis na família, o que não se dá, de forma alguma, sem conflitos. Ainda que influências igualitárias estejam presentes na configuração dessas relações, persiste a tensão de conciliar práticas individualizantes e hierarquizantes na família. Aliás, convém assinalar que a permanência de adultos jovens nas casas de seus pais, reivindicando apoio e autonomia concomitantemente, ilustra exatamente o mecanismo de conciliação de valores hierárquicos e individualistas que opera nas famílias contemporâneas.

Um terceiro ponto que concerne à relevância da repercussão do individualismo nas relações familiares nesta análise do prolongamento da convivência intergeracional na família é que o individualismo, ou as relações individualistas, só pode se tornar realidade se for também um projeto coletivo. Isso parece muito óbvio se atentarmos para o fato de que na organização familiar, em contextos pré-industriais, o envolvimento de todos os membros da família nas atividades produtivas era necessário, pois viviam numa relação de dependência mútua. Foi com a transformação dos modos de produção advindos da industrialização que surgiu a possibilidade dos familiares se tornarem menos dependentes uns dos outros e se individualizarem.

Singly (2007) afirma que a família contemporânea vive um duplo movimento: o de sua privatização, em razão da maior atenção dada à qualidade das relações interpessoais, e de sua “socialização”, em face da intervenção do Estado e da delegação de suas funções a outras instâncias sociais. Ela é caracterizada por “uma

grande dependência em relação ao Estado, uma grande independência em relação aos grupos de parentesco e uma grande independência de homens e mulheres em relação a esta família” (p. 30).

Assim, os indivíduos organizam a sua vida privada a partir de uma demanda individual e coletiva de independência e de uma dependência enorme da esfera pública. Para entendermos isso melhor, Singly (2007) se refere a dois períodos da família moderna. Um primeiro, compreendido do século XIX até os anos 1960, em que o modelo de família era baseado no amor no casamento; na divisão estrita do trabalho entre o homem e a mulher; na atenção à criança, sua saúde e educação. Um segundo período, que surge a partir de 1960, onde há a crítica ao modelo da “mulher dona-de-casa”, a desestabilização do casamento e o crescimento da coabitação fora do casamento.

A focalização nas relações, como meio de satisfação pessoal, afirma-se como a principal diferença entre os dois modelos de família moderna. Nesse contexto, o projeto da conjugalidade e da composição da vida familiar não deixam de existir, mas as relações que se estabelecem a partir dele mostram-se instáveis, fugazes, na medida em que são reguladas por uma lógica afetiva. Por isso, elas são vulneráveis às questões da individualidade. E, mais que isso, tornam-se ambíguas, atendendo tanto à necessidade de laços de interdependência entre os sujeitos quanto à negação dessa necessidade, com o projeto de construção de sujeitos autônomos.

Ainda assim, a busca de autonomia individual no seio da família não exclui a construção de áreas comuns entre seus membros. O que ocorre é que, com a separação entre os espaços públicos e privados, cresce a importância da afetividade na regulação das relações intrafamiliares, de forma que os membros da família desenvolvem um interesse maior em “estar juntos”, em compartilhar a intimidade, estando cada vez mais sensíveis à “qualidade” de suas relações.

No entanto, conforme Singly (2007), para conciliar o individualismo com a formação de um elo social é preciso cortar os laços de dependência interpessoal, o que pode ser feito por meio de mediações institucionais que sustentem essa independência. É desta forma que o autor compreende as transformações pelas quais a família vem passando. Para ele, todas essas mudanças que vêm ocorrendo têm um sentido coerente e nos remetem, justamente, à demanda de autonomia pessoal e à desvalorização dos elos de dependência em relação às instituições e às pessoas. Por isso, os indivíduos tendem a recusar a instituição do casamento, como uma imposição social, e a criticar a divisão do trabalho entre os sexos, segundo o modelo tradicional das relações de gênero.

Nesse sentido, é interessante observar, por exemplo, que o trabalho assalariado das mulheres é algo fundamental para a vida do casal hoje, pois, neste caso, a sua independência financeira é o que vai viabilizar uma relação conjugal mais igualitária, cujo foco é unicamente o aspecto afetivo. A independência é elemento de estabilidade do casal. A dependência interpessoal é sentida como peso para os indivíduos e o projeto de estarem juntos pressupõe que, antes, cada um tenha meios de estar sozinho (Singly, 2007). Em pesquisa sobre o lugar do casamento no projeto de vida de jovens adultos solteiros, constatou-se que metas como a independência financeira e o aprimoramento profissional antecedem o plano de casar-se ou de formar família para a maioria das mulheres entrevistadas (Féres-Carneiro, Ziviani e Magalhães, 2006).

Essa é uma mudança bastante significativa para a vida familiar, uma vez que a família, historicamente, esteve incumbida da tarefa de prover seus membros e assegurar-lhes os elementos materiais e simbólicos necessários para sua existência. Na medida em que ela se restringe a necessidades afetivas dos indivíduos, outras instituições entram em cena.

Singly (2007) chama atenção para o fato de que, ao mesmo tempo em que a família se torna cada vez mais “privada”, também se torna mais “pública”. Ou seja, é como se o movimento de autonomização da família em relação à parentela, à vizinhança, ao resto da sociedade, estivesse duplicado por uma lógica de grande dependência do Estado.

O que Singly (2007) vem alertar é que a autonomia da família individualista, conjugal, é relativa, porque ela requer que outras instâncias assegurem aos indivíduos o que antes cabia à família garantir. Assim, se por um lado o Estado ajuda a diminuir os laços de dependência da família em relação à parentela ou à vizinhança ou, dentro dela, entre as gerações, por outro lado, produz-se uma menor autonomia da família e de seus membros com relação ao Estado, criando uma solidariedade estatal. É nesse sentido que ele afirma que o individualismo só pode se tornar realidade se ele for também um projeto coletivo.

Então, numa sociedade individualista, o Estado tende a garantir a mais completa individualização, “liberando” o indivíduo da sociedade, incorporando em suas políticas sociais, por exemplo, valores e práticas igualitários e assegurando, através de sua política social, a autonomia nas relações familiares.

Nesse contexto, conforme Singly (2007), uma crise assalariada e uma crise da proteção social culminam na produção da crise do elo social. O liberalismo econômico, reduzindo ao mínimo as funções do Estado, cria um contexto que inibe a individualização, favorecendo o comunitarismo. Nesse contexto, torna-

se propício o ressurgimento de novas solidariedades familiares, dentre as quais podemos localizar o prolongamento da convivência intergeracional.

Cabe fazer a ressalva de que a realidade a partir da qual Singly nos fala, a realidade da França, é bastante diferente da que vivemos no Brasil ou mesmo na América Latina, especialmente no que se refere à eficácia das instâncias estatais em oferecer seguridade aos indivíduos. Ainda assim, sua análise pode ser proveitosa para se entender este fenômeno que nos propomos a analisar, pois o processo de autonomização dos sujeitos sociais é complexo, pressupõe uma “sincronia” no ritmo das mudanças subjetivas e sociais. É justamente isso que o tema do prolongamento da convivência familiar problematiza.

A família, na sua versão igualitária e individualista, está se constituindo numa importante rede de suporte para os indivíduos. O apoio familiar, nesse caso, é visto como indispensável para viabilizar a realização de projetos individuais, ou também como uma possibilidade de dar a esses jovens algum “conforto” no início de suas trajetórias via autonomização. Funda-se um tipo de relação de solidariedade entre as gerações que pode ser compreendida considerando o descompasso entre as práticas individuais e os modelos adotados pelas instituições que mediam a vida coletiva.

Assim, o prolongamento da convivência familiar emerge como uma estratégia de conciliação entre as necessidades individuais de adultos jovens, que buscam sua autonomia, e as necessidades de apoio nessa fase de transição para a vida adulta. A solução encontrada pode ser a de se tornarem adultos na casa dos pais, ainda que temporariamente, ou a de tomar a casa dos pais como um “porto seguro” para possíveis retornos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência de adultos-jovens na residência de seus pais aponta para mudanças no processo de transição dos jovens para a vida adulta. No cenário atual, pais e filhos negociam seus papéis dentro da família, tendo a possibilidade de combinarem autonomia e dependência financeira.

Isso, a nosso ver, compõe um retrato interessante das relações familiares hoje, podendo ser considerado um fenômeno paradigmático. Se, no passado, ser adulto se definia por ser independente dos pais, financeira e emocionalmente, hoje é possível ser adulto e ter autonomia não sendo completamente independente. Essa possibilidade de ser autônomo sendo ainda, de alguma forma, dependente dos pais obriga-nos a repensar os critérios de entrada na vida adulta no mundo contemporâneo.

O fenômeno da saída tardia dos adultos-jovens da casa de seus pais leva-nos a refletir também sobre o paradoxo da família contemporânea – a saber, ao incorporar o valor do indivíduo às relações, a família tem que conciliar práticas individualizantes e hierarquizantes. Na experiência do prolongamento da convivência intergeracional na família, a permanência desses adultos-jovens juntos aos pais impõe que se faça uma articulação entre pertencer à família e não ser englobada por ela.

Mas, tudo isso – as mudanças nos parâmetros dentro dos quais se faz a transição da juventude para a vida adulta e as mudanças nas relações familiares, com a conciliação entre dependência e autonomia dentro delas – deve ser pensado dentro de um contexto socio-cultural mais amplo.

Consideramos, neste trabalho, que as relações individualistas só podem se tornar realidade se forem, também, um projeto coletivo. A independência em relação ao grupo de parentesco, por exemplo, só é possível se houver a substituição dos vínculos de dependência de dentro da família para os de outras instâncias do espaço público. No entanto, a falência das instituições em oferecer sustentação aos indivíduos acaba impedindo a individualização completa das relações, fazendo surgir uma nova forma de comunitarismo, muito própria da atualidade, que nada tem a ver com as formas de solidariedade intergeracional do início do século XX. Essas relações são calcadas cada vez mais na centralidade do valor do individualismo na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Duarte, L.F.D. (1995). Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In I. Ribeiro, & A. C. T. Ribeiro (Orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira* (pp. 27-41). São Paulo: Loyola.
- Dumont, L. (1993). *O individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Féres-Carneiro, T., Magalhães, A.S., & Ziviani, C. (2006). Conyugalidad de los padres y proyectos vitales de los hijos frente al matrimonio. *Revista Cultura y Educación – Familia y Pareja*, 18, 1, 95-108.
- Féres-Carneiro, T., Ponciano, E. L. T., & Magalhães, A. S. (2007). Família e casamento: da tradição à modernidade. In C. Ceverny (Org.). *Família em movimento* (pp. 23-36). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Giddens, A. (1993). *Transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Giddens, A. (2003). *Mundo em descontrole: O que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.

- Goldani, A.M. (2004). Mulheres e envelhecimento: Desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In A. A. Camarano (Org.). *Muito além dos 60: Os novos idosos brasileiros* (pp. 75-113). Rio de Janeiro: IPEA.
- Guerreiro, M.D. (2003). Pessoas sós: Múltiplas realidades. In *Sociologia: Problemas e Práticas*, 43, 31-49.
- Guerreiro, M.D., & Abrantes, P. (2005). Como tornar-se adulto: Processos de transição na modernidade avançada. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, 20, 58, 157-175, junho.
- Henriques, C.R., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A.S. (2006). Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão. In *Paidéia*, 16, 35, 327-336.
- Magalhães, A.S. (1993). *Individualismo e conjugalidade: um estudo sobre o casamento contemporâneo*. Dissertação de mestrado, PUC-Rio.
- Pappámikail, L. (2004). Relações Intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. In *Sociologia: Problemas e Práticas*, 46, 91-116.
- Ramos, E. (2006). As negociações no espaço doméstico: construir a “boa distância” entre pais e jovens adultos “coabitantes”. In M.L. Barros (Org.). *Família e gerações* (pp. 39-65). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Salem, T. (2007). *O casal grávido: Disposições e dilemas da parceria igualitária*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Segalen, M. (1995). Continuités et discontinuités familiales: approche socio-historique du lien intergénérationnel. In C. Attias-Donfut. *Les solidarités entre générations: Vieillesse, familles, état* (pp. 27-40). Paris: Nathan.
- Simmel, G. (1971). *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Singly, F. (2006). *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Vaitsman, J. (1997). Pluralidade de mundos entre mulheres de baixa renda. In *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 40, 3, 303-319.

Recebido em: 22/10/2007. Aceito em: 16/04/2009.

**Autores:**

Carolina de Campos Borges – Doutoranda em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, Especialista em Terapia Familiar pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ.  
Andrea Seixas Magalhães – Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, Professora Assistente do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

**Enviar correspondência para:**

Andrea Seixas Magalhães  
Rua Vicente de Souza, 14/403  
CEP 22251-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
E-mail: andream@puc-rio.br; carolinacambor@gmail.com